

## **A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NA APRENDIZAGEM ESCOLAR: QUE ESCOLA, QUAL FAMÍLIA?**

Isaias Batista de Oliveira Júnior\*  
jr\_oliveira1979@hotmail.com  
Diego Raone Ferreira\*\*  
raonediego@gmail.com  
Renata Maria Coimbra\*\*\*  
coimbralibor@uol.com.br

### **RESUMO**

Os adventos da modernidade têm dados novos contornos sociais as famílias atuais, tanto nos aspectos sociais quanto culturais e no que se refere a relação dessa instituição com a escola o papel de ambas passa a ser repensado. A escola busca disseminar o conhecimento acumulado historicamente além dos aspectos biopsicossociais, quanto a esse, busca dividir a tarefa com a família tentando integrá-la ao âmbito escolar. Porém, o que se percebe é que nos ritos escolares muitas vezes a escola ignora ou culpa as famílias organizadas em modelos não convencionais pelo fracasso escolar de seus alunos. Pautado nessa discussão serão apresentadas afirmações de teóricos a respeito da diversidade de família e como se dá sua relação com a escola. As considerações finais apontam que a escola deve ser cautelosa ao responsabilizar as famílias organizadas em modelos não convencionais pelo desempenho dos alunos, pois o bom o sucesso ou o fracasso escolar não pode ser imputado a configuração familiar dos alunos, mas deve-se levar em conta que outros inúmeros fatores (sociais, políticos, econômicos e culturais) influem na qualidade da aprendizagem dos alunos.

**Palavras-chave:** famílias organizadas em modelos não convencionais; educação; aprendizagem.

### **1 INTRODUÇÃO**

Ao adentrarmos o século XXI, presenciamos novas dinâmicas sociais que têm afetado ao mesmo tempo a instituição familiar e o sistema escolar, levando ao surgimento de novos traços e desenhando novos contornos nas relações entre essas duas grandes instâncias de socialização. Falar da instituição familiar e escolar como coparticipantes do processo de ensino-aprendizagem demanda aprofundar a discussão sobre o que é família na

---

\*Professor Colaborador na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (FCT), Bolsista FAPESP; Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá.

\*\* Aluno não regular do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Maringá. Especialista em Estratégias no Cuidado da Família. Graduado em Enfermagem pela Faculdade de Apucarana.

\*\*\* Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – FCT (Mestrado e Doutorado). Doutorado em Psicologia escolar e do desenvolvimento humano pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado na área da Sociologia da Infância, realizado no IEC - Universidade do Minho, (FAPESP); Pós-doutorado na Dalhousie University, Halifax. MBA em Cinema-Documentário, na Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

contemporaneidade e como se dá a relação entre essas duas organizações (NOGUEIRA, 2006).

A família é a instituição basilar da sociedade sendo, desde os tempos antigos, considerada um elemento de grande importância na estrutura social. Dentre os organismos sociais a família foi o instituto que sofreu mais alterações, tanto na sua compreensão, quanto na sua extensão com as mudanças ocasionadas pelos avanços da sociedade (OLIVEIRA JR & MAIO, 2013).

A escola também recebeu intervenções internas e externas e de acordo com Santos & Santos (2009, p. 06) “o papel da educação, por sua vez, passa a ser de responsabilidade das escolas, onde as crianças passam a maior parte do tempo”. Porém, a escola não quer assumir esse papel, já que defende que a ela cabe a função precípua de transmitir o conhecimento histórico e sistematizado. Dessa forma, a escola busca compartilhar a educação de seus alunos com a família, por meio da adoção de políticas de incentivo a participação familiar, pressupõe aquilo que ela quer construir: continuidade cultural e identidade de propósitos entre famílias e escola (CARVALHO, 2004).

Porém, a em suas estratégias de chamamento da família a participar dos ritos escolares, a escola adota um modelo idealizado “atrelado necessariamente à concepção de família nuclear, composta de mãe, pai e filhos, seguindo o modelo tradicional, patriarcal”, (OLIVEIRA *et al.* 2008, p. 88), onde a mulher desempenha o papel de mãe e dona-de-casa, responsável pela maior parte da educação dos filhos e ao homem o ofício de provedor do lar

Ao chamar “pais” e/ou “mães” – termo genérico para família – a participarem dos eventos escolares a escola acaba por desconsiderar os avanços sofridos nas últimas décadas e que deram origem a distintas organizações familiares: famílias homoafetivas, recompostas, monoparental, recasadas, mães solteiras, produções independentes, entre outras (CARVALHO, 2004, CANIÇO *et al.*, 2010).

Dessa forma, a concepção que a escola tem de família afeta diretamente como ambas irão se relacionar e como os alunos oriundos das mais distintas famílias serão investidos e vão perceber a escola. Diante de tais constatações, justifica-se tal estudo no intento de levantar estudos que reconhecem a presença das “diversas organizações familiares” no âmbito escolar e, em seguida, verificar como ambas se interceptam na contemporaneidade. Para tanto nos baseamos em revisões bibliográficas que apontam para o tema em debate.

O objetivo principal é indagar a concepção da diversidade familiar e a maneira como a escola recebe e acolhe os membros oriundos dessa organização social. A partir daí delineiam-se os objetivos específicos do estudo: caracterizar o processo evolutivo das famílias, conhecer

a diversidade familiar; analisar o relacionamento da escola com a família a fim de que ambas possam se adequar ao novo cenário familiar na contemporaneidade.

## 2 O PROCESSO EVOLUTIVO DAS FAMÍLIAS

A instituição familiar passou a refletir as mudanças históricas que ocorreram na sociedade e no percurso destas evoluções se formaram novos núcleos familiares, distantes daqueles modelos de família considerados tradicionais.

Para Hintz (2001, p. 10) a família de outrora adquiriu novos contornos, pois,

após as duas guerras mundiais e a revolução industrial, a família, nas décadas de 50 e 60, passou por modificações acentuadas. Houve um maior incentivo em privilegiar mais o indivíduo, com seus valores e capacidades do que sua posição social, gênero ou idade. A família de características hierarquizadas foi se estruturando como uma família onde os conceitos de igualdade passaram a predominar, contribuindo para isso o surgimento de uma nova perspectiva sobre as questões de gênero. A família moderna após a industrialização passou a ter maiores possibilidades de se constituir através da livre escolha dos cônjuges fundamentada no amor conjugal. Passou-se a dar mais importância à realização pessoal na união conjugal, tendo o afeto, muitas vezes, o poder de direcionar as decisões pessoais.

Diante desse processo evolutivo “a mulher passa a trabalhar fora com a finalidade de aumentar a renda familiar. Aos poucos sente a necessidade de ampliar seu campo de trabalho e passa a participar de atividades educativas, profissionais, culturais, artísticas e políticas” (HINTZ, 2001, p. 12). A ampliação de seu campo de trabalho e de sua jornada leva-a a passar mais tempo fora de casa. Dentre outros fatores relevantes na formação das novas estruturas familiares, “temos, ainda, as mudanças que afetam diretamente às condições de procriação tais como: barriga de aluguel, embriões congelados, procriação artificial com doador de esperma anônimo” (CECCARELLI, 2007, p. 91-92).

Para Oliveira & Araújo (2010) e Alves (2007), mudanças maiores no contorno familiar se deram com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) que estabeleceu princípios fundamentais em relação a esse instituto e reconheceu como entidade familiar à união estável e a família monoparental, contrariando o Código Civil de 1916 que previa como *status familiae* aqueles agrupamentos oriundos do instituto do matrimônio. “Foi somente a partir daí que o Estado, constitucionalmente, passou a dar proteção às famílias que não fossem constituídas pelo casamento” (PEREIRA, 2003, p. 08).

Nessa linha, observa-se que a entidade familiar ultrapassa os limites da previsão jurídica, para abarcar todo e qualquer agrupamento de pessoas onde permeie o elemento afeto, ou seja, deverá reconhecer como família todo e qualquer grupo no qual os seus membros enxergam uns aos outros como seu familiar (ALVES, 2007, p 330).

Nessa linha evolutiva os núcleos familiares acabaram sofrendo “fortes influências políticas, econômicas, sociais e culturais, ocasionando mudanças nos papéis e nas relações em seu interior, bem como alterando sua estrutura no que diz respeito à composição familiar” (SIMIONATO & OLIVEIRA, 2003, p. 58).

Sem dúvida, diversos fatores externos ao grupo familiar advindos das modificações cultural e econômica, da aquisição tecnológica, de novos valores sociais e religiosos levaram a modificação da estrutura familiar, provocando nos indivíduos a necessidade de se adequarem internamente, reformulando seus valores familiares e individuais (HINTZ, 2001, p. 11).

Ao analisar o histórico evolutivo da família, evidenciado anteriormente, verificamos uma forte tendência de mudanças de uma estrutura hierarquizada para uma estrutura de igualdade social, de papéis pré-determinados para papéis complementares, de separação de gêneros para a igualdade de gêneros.

Sendo assim, cabe a família

[...] o papel único e específico de fazer valer, no seu seio, a dignidade de seus integrantes como forma de garantir a felicidade pessoal de cada um deles. A construção de sonhos, a realização do amor, a partilha do sofrimento, enfim, os sentimentos humanos devem ser compartilhados nesse verdadeiro “LAR, Lugar de Afeto e Respeito” (ALVES, 2007, p. 336).

Em síntese, a família contemporânea passou a ser caracterizada pela redefinição de papéis, socialização e desierarquização. Fatores esses que de forma isolada ou combinada permitem as mais diversas formas de organização familiar, cujos aspectos essenciais estão centrados na valorização da solidariedade, dignidade, na ajuda mútua, colaboração, bem-estar coletivo e aspectos afetivos.

### **3 A DIVERSIDADE FAMILIAR**

Compreender a gama de organizações familiares presentes na atualidade exige uma profunda imersão no assunto, uma vez que elas são compostas por um emaranhado de redes de interações que envolvem aspectos cognitivos, sociais, afetivos e culturais que as

configuram de uma forma em um determinado momento e as reconfiguram em outras situações.

Dessa forma torna-se interessante observar que a dissolução de um modelo de família pode dar origem a outro e vice-versa, ou que um núcleo familiar, pode se enquadrar dentro das mais diversas espécies de família, sendo assim “podemos ver a família como um gênero que comporta várias espécies. É o reconhecimento de que a família não é mais singular. É plural” (PEREIRA, 2003, p. 08).

Os laços de consanguinidade, as formas legais de união, o grau de intimidade nas relações, as formas de moradia, o compartilhamento de renda são algumas variáveis que, combinadas, permitem a identificação de 196 tipos de famílias, produto de cinco subsistemas resultantes da concepção ecológica de *micro, meso, exo, macro e cronossistema*). *Microsistema* tem como base as relações diádicas, isto é, como os genitores interagem, com destaque para o grau de intimidade: se o estilo de vida é compartilhado ou separado, se esta relação é considerada heterossexual ou homossexual, se há alteridade no poder ou não. Já aquelas influências provenientes do *mesossistema* compreendem as relações com os filhos, ou seja, a sua presença ou ausência, se eles são biológicos ou adotivos e se moram com os pais ou não. No tocante ao *exossistema* do grupo familiar, esse engloba os contextos e as redes sociais que asseguram o sentimento de pertencer a um grupo especial, social ou cultural, tais como as relações mantidas por laços de consanguinidade ou casamento, vínculos de dependência ou autonomia financeira ou emocional. E o *macrossistema* reflete os valores e as crenças compartilhadas por um conjunto de pessoas, por exemplo, relacionadas ao fato de a união ser civil ou não, de a relação ser estável ou temporária, de os cônjuges habitarem ou não o mesmo espaço físico. E, por fim, o *cronossistema* diz respeito às transformações da família na sociedade, incluindo as suas diferentes configurações ao longo do tempo, dentre as quais a família extensa ou parenteral (PETZOAL, 1996 *apud*. DESSEN & POLONIA, 2007, p. 23)

Comungando dos estudos de Petzoal (1996, *apud* Dessen & Polônia, 2007), pesquisadores como Caniço *et al.* (2010) buscaram identificar as entidades familiares fundamentados em outros aspectos referentes à estrutura e dinâmica global, a forma de relação conjugal e a relação parenteral. Interessa-nos a primeira classificação, por sua formulação estar ligada a aspectos estruturais tornando mais simples sua visualização por outros microsistemas como a escola.

A *família grávida* é uma das espécies dentro do gênero família, assim definida por Caniço *et al.* (2010, p. 17) por ser aquela “em que a mulher se encontra grávida, independente do restante da estrutura”. No entanto, com a entrada da mulher no mercado de trabalho e sua redefinição de papéis, o surgimento da pílula anticoncepcional, a implantação de políticas públicas de controle epidemiológico e de natalidade, a estruturação desse tipo familiar tem sofrido alterações e menor incidência na atualidade.

Fatores como a necessidade de planejamento e organização familiar tem dado origem à *família nuclear simples*, que apresenta “uma só união entre adultos e um só nível de

descendência” presentes no núcleo familiar o casal de pais e seu(s) filhos(s) (CANIÇO *et al.*, 2010, p. 18),

Marcassa define o modelo de *família consanguínea* como sendo.

A expressão do primeiro progresso na constituição da família, na medida em que excluem os pais e os filhos de relações sexuais recíprocas, os grupos conjugais classificam-se por gerações, ou seja, irmãos e irmãs são, necessariamente, marido e mulher, revelando que anteriormente a reprodução da família se dava através de relações carnis mútuas e endógenas (MARCASSA, 2006, p. 86).

Questões socioeconômicas são outros aspectos que têm dado contorno aos arranjos familiares, encontrado comumente em comunidades de baixa renda como a *família alargada ou extensa*, aquela em que coabitam ascendentes e descendentes e/ou colaterais por consanguinidade ou não, para além de progenitor (es) e/ou filho(s). Podemos observar características semelhantes na *família com prole extensa ou numerosa* caracterizada como família com crianças e jovens de idades muito diferentes independentemente do restante da estrutura. (CANIÇO *et al.* 2010).

As *famílias reconstruídas, combinadas ou recombinadas* são consideradas como um fenômeno recente em nossa sociedade e se origina de inúmeros fatores, entre eles os de ordem econômicos e sociais.

Nessas famílias o relacionamento familiar amplia-se, pois há os filhos do casal original, há os filhos dos outros casamentos dos parceiros e, possivelmente, haverá os filhos do casal atual. Nesses relacionamentos surgem impasses quanto aos direitos e deveres de cada um, qual o papel a ser vivido por cada membro dessa família. As disputas entre os irmãos ou filhos dos casamentos anteriores podem levar o casal atual a graves conflitos. Essa nova família necessita de um maior investimento de cada um de seus membros na elaboração de situações anteriores, para que possa desfrutar de um entendimento mais harmônico e saudável (HINTZ, 2001, p. 16).

Para Alves “se verifica na doutrina e na jurisprudência, com muito acerto, uma forte tendência em reconhecer como entidade familiar a união entre homossexuais (melhor chamadas de uniões homoafetivas)” (ALVES, 2007, p. 339). Embora seja um tecido familiar tão antigo quanto à própria história da família sua tímida, porém frequente, presença no ambiente escolar ainda gera muita polêmica e “frequentemente a escola, tem dificuldade em aceitar esses sujeitos, não os reconhecendo como casal”, fato que impõe a escola repensar sua postura diante dessa organização (HINTZ, 2001, p. 17).

Diante desses aspectos, uma das maiores dificuldades relevante para um casal homoafetivo é a questão dos filhos. Uma vez que dentro do gênero família, podemos pensar nas seguintes subespécies

1. A recomposição, na qual um membro do casal traz para sua relação homossexual o(s) filho (s) de um casamento heterossexual anterior.
2. A co-parentalidade, em que um dos membros do casal homossexual gera um filho com um homem ou uma mulher, não necessariamente homossexual, e este filho passa a fazer parte do núcleo parental de um dos pais biológicos.
3. Uma terceira forma é a adoção, legalizada ou não, feita pelo casal.
4. Há ainda a possibilidade da inseminação artificial realizada com o sêmen de um doador, no caso de um casal de mulheres, ou de uma mãe substituta, que gera um filho com o sêmen de um dos parceiros do casal homossexual masculino (PASSOS, 2005, p. 35).

Outra estrutura familiar com grande participação no âmbito escolar é a *família monoparental*, constituídas unicamente por pais ou mães. Para Hintz (2007, p. 15) “estas famílias são decorrentes de divórcios ou separações, onde um dos pais assume o cuidado dos filhos e o outro não é ativo na parentalidade, ou famílias onde o pai é solteiro e o outro nunca assumiu a parentalidade”. Cecarelli (2007, p. 91-92) admite que além desses caracteres, elas são ocasionadas pelas “produções independentes, decorrentes da decisão de ser mãe sem que haja a necessidade de um pai, no caso de procriação artificial com doador de esperma anônimo”.

Canijo *et al.* (2010, p. 24) identificaram a *família dança a dois* como sendo aquela “constituída por familiares, de sangue ou não, sem relação conjugal ou parenteral”, embora a definição soe estranha, é um cerne familiar comum em nossas escolas, vide os casos em que o/os avôs/ós criam seus netos, ou um tio/a os sobrinhos/as, irmãos/ãs, primos/as, entre outros.

O cenário brasileiro tem atraído imigrantes ao país, como no caso dos refugiados, ou as políticas públicas de incentivo ao estudo em nível superior têm dado contorno à *família de coabitação*, comum entre imigrantes, estudantes universitários, amigos. Ou seja, ela se forma quando “homens e/ou mulheres vivem em uma mesma habitação sem ou com laços consanguíneos, com ou sem um objetivo comum” (CANIÇO *et al.* 2010, p. 26).

Com o advento da reforma agrária, ou o surgimento de novas seitas, de comunidades religiosas e aspectos itinerantes deram ênfase à *família comunitária*, onde os indivíduos, independentemente de sua estrutura, habitam a mesma casa, ou casas próximas umas das outras, como exemplo os assentamentos agrários, grupos religiosos, ciganos, circenses, expositores, etc. (CANIÇO *et al.* 2010).

O cenário da *família hospedeira* é decorrente da necessidade temporária de colocação de um elemento exterior a família, em que esse indivíduo permanece por um determinado período (CANIÇO *et al.* 2010,).

Aquela que “adotou uma ou mais crianças não consanguíneas, com ou sem coabitação de filhos biológicos, é a *família adotiva*” (CANIÇO *et al.* 2010, p. 28).

Alves (2007, p. 339-340) qualifica como *família unitária* a constituída por uma pessoa que vive sozinha, independente de relação conjugal sem coabitação, sendo que o próprio Supremo Tribunal de Justiça em lides atinentes “reconheceu como família a pessoa solitária, e a comunidade formada por variados parentes, principalmente entre irmãos”.

A necessidade de cuidados especiais destinados a pessoas portadoras de algum tipo de necessidade, como: doença, deficiência mental, locomotora, dentre outras caracteriza a *família com dependente* (CANIÇO *et al.* 2010).

Embora o termo pareça curioso, é comum encontrarmos no cotidiano escolar a *família com fantasma* principalmente no que se refere ao número crescente de divórcios no Brasil, divulgado recentemente pelo IBGE como sendo 2010 o ano que mais registrou divórcios no país, desde 1984. Indicando um aumento de 36,8% em relação a 2009, quando se atingiu 174.747 divórcios concedidos. Essa família é definida como aquela:

Com desaparecimento de um elemento de forma definitiva (falecimento) ou dificilmente reversível (divórcio, rapto, desaparecimento, motivo desconhecido) em que o elemento em falta continua presente na dinâmica familiar dificultando a reorganização familiar e impedindo o desenvolvimento individual dos restantes dos membros (CANIÇO *et al.* 2010, p. 31).

A *família acordeão* é aquela em que um dos cônjuges se ausenta por períodos prolongados ou frequentes, como: trabalhadores humanitários, expatriados, militares em missão, emigrantes de longa duração, caminhoneiros, viajantes etc. (CANIÇO *et al.* 2010).

Com características peculiares aos dias atuais encontra-se a *família flutuante*, assim denominada porque seus elementos mudam frequentemente de habitação, como no caso dos progenitores com emprego em localização variável ou aquele indivíduo que muda constantemente de parceiro. Por conseguinte, a dinâmica da escola também flutua devido às instabilidades de seu quadro de alunos (CANIÇO *et al.* 2010).

O núcleo familiar em que um dos membros se encontra com problemas crônicos de comportamento causado por doenças ou adição como no caso de esquizofrenias, toxico dependência, alcoolismo etc., determina a *família descontrolada* (CANIÇO *et al.* 2010).

Baseada nos estudos de Caniço *et al.* (2010), os indivíduos que integram duas ou mais famílias, constituindo diferentes níveis de agregados, às vezes com descendentes em uma ou ambas as relações originam a *família múltipla*.

#### **4 FAMÍLIA, ESCOLA E APRENDIZAGEM: QUAL FAMÍLIA?**

Discorrido sobre o processo evolutivo das famílias e as novas configurações familiares na modernidade, é necessário ressaltar a relação que a escola estabelece com essas novas organizações.

Temos assistido, nos últimos anos, na maioria dos países ocidentais desenvolvidos, à formulação de políticas públicas educacionais objetivando a participação e cooperação entre as famílias e a escola e o Brasil não ficou alheio a essas tendências mundiais e conseqüentemente tem proposto iniciativas governamentais que seguem na mesma direção (OLIVEIRA JR & MAIO, 2013).

Não bastassem os programas governamentais, a própria escola sente necessidade e cria estratégias próprias de chamamento da família no ambiente escolar, sob o argumento de conhecer a realidade do aluno e a ele ajustar a ação pedagógica, sendo assim, o coletivo de educadores busca trazer a família para a escola justificando a necessidade de deter informações para a colaboração do processo educacional.

A presença da família em determinadas atividades torna-se cada vez mais comuns. Os contatos formais e informais se multiplicam e se diversificam. No cotidiano, os canais de comunicação parecem se ampliar para além da tradicional participação nas associações de pais e mestres e da presença em reuniões oficiais com professores. Hoje há palestras, cursos, jornadas e “festas da família”, a agenda escolar do aluno, os bilhetes, os contatos telefônicos, as conversas na entrada e na saída das aulas (NOGUEIRA 2006, p. 164).

Essas estratégias educacionais expandiram seu raio de ação para além dos muros da escola, formalizando as interações com a família, especificando seus papéis e contribuição para o sucesso escolar, “regulamentando as relações da família e escola de acordo com um modelo particular de participação dos pais/mães na escola: o de classe média, baseado na divisão de gênero tradicional” (CARVALHO, 2004, p. 52).

Sob esse viés, ao estabelecer a almejada parceria escola–família e convocar a participação dos pais no processo de escolarização como estratégias de promoção do sucesso escolar, a escola não levada em consideração:

- a) As relações de poder variáveis e de mão dupla, relações de classe, raça/etnia, gênero e idade que, combinadas, estruturam as interações entre essas instituições e seus agentes;
- b) A diversidade de arranjos familiares e as desvantagens materiais e culturais de uma parte considerável das famílias;
- c) As relações de gênero que estruturam as relações e a divisão de trabalho em casa e na escola (CARVALHO, 2004, p. 42).

Ao assumir essa postura, se torna evidente que é no cotidiano escolar que se presenciaram as maiores involuções dessas propostas ao se desconsiderar os aspectos evolutivos sofridos pelas famílias na atualidade. A escola ao comemorar o dia dos “pais” ou das “mães”, leva em consideração única e exclusivamente aspectos atrelados ao papel de gênero ou dos fatores biológicos na organização das famílias de seus alunos, estereotipando aquelas que fogem a esse padrão e disseminando um ideário de configuração familiar padronizando.

Outra característica que torna evidente o conservadorismo escolar referente às famílias está impresso ao estabelecer como parâmetros de aprendizagem a procedência familiar, responsabilizando as estruturas familiares não tradicionais pelo fracasso escolar de seus alunos como evidenciam estudos realizados por Carvalho (2000, 2004), Yunes & Garcia (2007) e Oliveira & Marinho Araújo (2010).

Para estes autores, uma grande parcela de educadores alega que a família tem estado por trás do sucesso e tem sido culpada pelo fracasso escolar, acusando as famílias pelas dificuldades dos estudantes. Além disso, possuem crenças pessimistas sobre as novas configurações familiares, que aliadas a outros aspectos, são caracterizadas por esses profissionais como desorganizadas, desviantes e instáveis. Dessa maneira as famílias que não se enquadram no suposto modelo desejado pela escola são consideradas as grandes responsáveis pelas dificuldades escolares.

Esses aspectos seguem na contramão das políticas educacionais de integração da família e escola. Uma vez que tende a afastar as organizações familiares constantemente culpabilizadas pela escola, conseqüentemente o processo de ensino-aprendizagem tornar-se-á comprometido pela desintegração desses institutos necessários para a efetividade do intento educacional.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O modelo clássico de família, em que o casamento era visto como uma instituição indissolúvel, constituído pelo pai, mãe e filhos, com papéis claros e definidos começou a ruir

a partir do século final do século XIX e início do século XX. Com o ingresso da mulher no mercado de trabalho, a legalização do divórcio, as adoções, as novas formas de procriação, os novos arranjos familiares criados socialmente e amparados legalmente ajudaram a compor as atuais organizações familiares, sendo que a aspiração à felicidade se tornou razão legítima para esse novo cenário.

Baseado nos estudos aqui apontados e pela vivência no cotidiano escolar é possível apontar que o conceito que a escola apresenta de família na contemporaneidade é retrógrado, o que comprova a necessidade de novos estudos a respeito da relação escola e família, a revisão dos atuais currículos educacionais, bem como a criação de políticas públicas voltadas à formação inicial e continuada de educadores, com enfoque nas atuais composições familiares, identificando suas características e condições evolutivas. Focados na instauração de uma escola democrática e maleável perante as mudanças decorrentes dos aspectos cognitivos, sociais, econômicos, culturais e afetivos nos novos núcleos familiares - que se encontram cada vez mais frequente no âmbito escolar - de forma a combater o preconceito e o caráter hegemônico apresentado pelas instituições de ensino em todo o Brasil.

Preconceitos, estereótipos, idealizações devem ser reconhecidos e afastados do interior da escola no que se refere à família, a fim de adequar as relações entre essas duas instituições. Para Varani & Silva (2010) a escola precisa entender que embora a família seja fundamental no processo de desenvolvimento integral das crianças, ela não pode responsabilizada pelo sucesso ou pelo fracasso escolar dos alunos baseado na sua composição, pois o bom ou o mau desempenho escolar não depende exclusivamente da sua estruturação. Outros inúmeros fatores (sociais, políticos, econômicos e culturais) influem no desempenho, bem como no sucesso ou no fracasso escolar dos alunos, inclusive o tipo de participação requerido de qualquer configuração familiar.

## **FAMILY RELATIONSHIP AND SCHOOL IN SCHOOL LEARNING: WHAT SCHOOL, WHICH FAMILY?**

### **ABSTRACT**

The advent of modernity have new social contours data current families, both in the social and cultural aspects and as regards the relationship of this institution with the school the role of both happens to be rethought. The school seeks to disseminate the knowledge accumulated historically beyond the biopsychosocial aspects, as this seeks to share the job with a family trying to integrate it into the school setting. However, what we see is that in school rites often skips school or blame families organized in unconventional models for school failure of their

students. Ruled that discussion of theoretical statements will be presented about family diversity and how is your relationship with the school. The conclusions point that the school should be cautious to blame the families organized in unconventional models for student performance because of the good success or school failure cannot be attributed to family configuration of the students, but should be taken into account that numerous other factors (social, political, economic and cultural) influence the quality of student learning.

**Keywords:** families organized non-conventional models; education; learning.

## REFERÊNCIAS

ALVES, L. B. M. O Reconhecimento Legal do Conceito Moderno de Família: O Art. 5º, II e Parágrafo Único, da Lei Nº 11.340/2006 (Lei Maria Da Penha). **De jure**: Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, n.8, p.329-34, jan./jun, 2007.

CANIÇO, H. BAIRRADA, P.; RODRÍGUEZ, E.; CARVALHO, A. **Novos Tipos de Família. Plano de Cuidados**. Coimbra: Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

CARVALHO, M. E. P. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 41-58, jan./abr.2004.

CARVALHO, M.E.P. Relações entre a família e escola e suas implicações de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 110. P. 143-155. julho/2000.

CECCARELLI, P. R. Novas configurações familiares: mitos e verdades. **Jornal de Psicanálise**. São Paulo, p. 89-102, jun. 2007.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, p. 21-32, 2007.

HINTZ, H. C. Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade. **Pensando famílias**. p. 8-19, 2001.

IBGE (2010). **Censo Nacional Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Retirado em 06 de dezembro de 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=10](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=10)>. Acesso em: 06 dez. 2011.

MACEDO, R. M. A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer? **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 91, p. 62-68, Nov. 1994.

MARCASSA, L. A origem da família, da propriedade privada e do Estado – Friedrich Engels. **Revista de Educação**. Vol. 9, nº 9. p.85-90. 2006.

NOGUEIRA, M. A. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Educação & Realidade**, n. 31(2). p. 155-170, jul/dez. 2006.

OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO ARAÚJO, C. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**. Campinas. p.99-108, janeiro-março. 2010.

OLIVEIRA, D.; SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D.; LOPES, R. C. S. L. Impacto das configurações familiares no desenvolvimento de crianças e adolescentes: uma revisão da produção científica. **Interação em Psicologia**, Curitiba, p. 87-98, jan./jun. 2008.

OLIVEIRA JR, I. B.; MAIO, E. R. Família e escola: um novo (re) pensar e (re) agir pedagógico. **Revista LABOR**, n. 10, v. 1, 2013, p. 101-114.

PASSOS, M. C. Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. **Psi. Clin.** Rio de Janeiro, vol. 17, n. 2, p. 31-40, 2005.

PEREIRA, R.C. **Direito de família: uma abordagem psicanalítica**. 2. ed. rev. atual. ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

SANTOS, J.B. SANTOS, M.S.C. Família monoparental brasileira. **Rev. Jur.**, Brasília, v. 10, n. 92, p.01-30, out./2008 a jan./2009).

SIMIONATO, M. A. W. OLIVEIRA, R. G. Funções e Transformações da Família ao Longo da História. **Anais...I Encontro Paranaense de Psicopedagogia – ABPpPr – p. 57-66, nov./2003.**

VARANI, A. SILVA, D. C. R. A relação família-escola: implicações no desempenho escolar dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. **R. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 91, n. 229, p. 511-527, set./dez. 2010.

YUNES, M.A.M; GARCIA, ALBUQUERQUE, N. MELLO. B. Monoparentalidade, pobreza e resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. **Psicol. Reflex. Crit.** 2007, v. 20, n. 3, p. 444-453.

Recebido em 27 de julho de 2015. Aprovado em 19 de outubro de 2015.